



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AO SENHOR DEBAPRIYA BHATTACHARYA
NOVO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA POPULAR
DE BANGLADESH POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO
DAS CARTAS CREDENCIAIS***

Quinta-feira, 29 de Maio de 2008

Senhor Embaixador

É com alegria que recebo Vossa Excelência no dia de hoje, no momento em que apresenta as Cartas Credenciais com as quais Sua Excelência o Senhor Presidente Iajuddin Ahmed o escolheu como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular de Bangladesh junto da Santa Sé. Pedir-lhe-ia, Senhor Embaixador, que lhe comunicasse as minhas cordiais saudações, assim como aos membros do governo, juntamente com a certeza dos meus melhores votos pelo bem-estar de todos os seus compatriotas.

Estabelecidas há trinta e cinco anos, as relações diplomáticas entre a Santa Sé e Bangladesh têm sido fortalecidas através de uma solicitude recíproca pela promoção da boa vontade num mundo cada vez mais interligado, contudo não sem sinais de novas divisões e de formas de violência e de injustiça profundamente inquietadoras. Estes fenómenos apresentam renovados desafios a toda a família humana, suscitando uma profunda sensação de que é necessária uma cooperação internacional mais vigorosa para assegurar que as aspirações de todos, de modo especial dos mais pobres e debilitados, sejam plenamente atendidas (cf. *Sollicitudo rei socialis*, 43). Senhor Embaixador, estou convicto de que a participação concreta do seu país em organismos como a Organização das Nações Unidas há-de contribuir para a "cultura da paz", que Bangladesh deseja construir, tanto na pátria como no estrangeiro. Comprometendo-se em tais diálogos a nível internacional, o seu país desempenhará uma parte da harmonização das iniciativas da comunidade global, para alcançar as finalidades conjuntas da paz e do desenvolvimento (cf. *Discurso à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas*, 18 de Abril de 2008).

Como Vossa Excelência sugeriu, para ser sustentada, uma democracia sólida tem necessidade mais do que uma série de regras; ela exige que os seus cidadãos abracem os valores subjacentes que inspiram as instituições e os procedimentos democráticos, como a dignidade da pessoa humana, o respeito genuíno pelos direitos do homem e um compromisso em prol do bem comum como critérios-guia para a vida política em geral (cf. *Centesimus annus*, 46). Enquanto procuram fomentar um consenso coral a respeito da importância fulcral destes valores fundamentais, os líderes da sua nação hão-de pavimentar o caminho para um governo estável e para uma coexistência harmoniosa de todos aqueles que consideram Bangladesh a sua pátria. No momento em que o seu país se prepara para realizar as eleições gerais, durante o corrente ano, estou persuadido de que os seus cidadãos reflectirão e renovarão o seu apreço pelos fundamentos morais que tornam possível a democracia autêntica. O progresso e a coesão sociais exigem que todos os indivíduos, as famílias, os oficiais eleitos, os funcionários civis e os profissionais abracem de bom grado a responsabilidade que lhes compete em vista de contribuir para a vida comunitária com integridade, honestidade e sentido de serviço (cf. *Pacem in terris*, 55; *Centesimus annus*, 46). De maneira particular, os candidatos a cargos públicos devem estar dispostos a deixar de lado os interesses pessoais, para salvaguardar o bem comum das pessoas por eles representadas e servidas. Vossa Excelência indicou o desafio da reconstrução das instituições representativas, que se deterioraram não obstante o seu país tenha observado processos democráticos na selecção dos recentes governos. Esta tarefa crucial de restabelecimento da confiança nestas e noutras instituições democráticas exigirá uma vigorosa liderança da parte de homens e de mulheres que sejam dignos de confiança, justos e competentes. Indubitavelmente, a população de Bangladesh buscará estas qualidades nos seus candidatos, ao exercerem o seu direito ao voto num processo de escrutínio que, por si só, reflecte os verdadeiros valores dos quais a democracia depende (cf. *Centesimus annus*, 46).

Um sistema educativo enérgico é essencial para as democracias vigorosas. Tanto o Estado como a Igreja têm as respectivas funções a desempenhar para ajudar as famílias a transmitir a sabedoria, o conhecimento e a virtude moral aos próprios filhos, de tal maneira que eles consigam reconhecer a dignidade comum de todos os homens e mulheres, inclusivamente daqueles que pertencem a culturas e religiões que sejam diferentes das suas. A Igreja procura contribuir para esta finalidade, fundando escolas que visam não apenas o desenvolvimento intelectual das crianças, mas igualmente o seu progresso espiritual e moral. Por conseguinte, enquanto estas e outras escolas de inspiração confessional oferecem o serviço público de formação dos jovens nos campos da tolerância e do respeito, elas deveriam receber a ajuda de que têm necessidade, e também a assistência financeira, para beneficiar toda a família humana.

O país do Senhor Embaixador deu passos significativos no crescimento económico ao longo destes últimos anos. No entanto, isto nem sempre se traduziu numa diminuição proporcional da pobreza e num acréscimo de oportunidades no mundo do trabalho. A estabilidade a longo prazo no campo económico está vinculada de maneira orgânica a outros sectores da vida cívica, inclusivamente às instituições públicas e a um sistema educativo que funcione de forma

adequada. A primeira promove a eficácia e a transparência necessárias para fomentar o desenvolvimento económico (cf. *Centesimus annus*, 48), enquanto o último constitui "o instrumento mais precioso da sociedade para a promoção do desenvolvimento e do progresso económico" (*Populorum progressio*, 35). Por este motivo, as finalidades económicas de uma nação devem ser inseridas sempre no horizonte mais vasto do seu crescimento moral, cívico e cultural (cf. *Centesimus annus*, 29). Além disso, o desenvolvimento económico duradouro só se verifica como resultado de uma interacção dinâmica entre a iniciativa particular, a autoridade pública e a assistência das organizações internacionais (cf. *ibid.*, 10.32 e 49). Por sua vez a Igreja, na sua solicitude constante pelo bem integral da pessoa humana, faz ressoar as aspirações da humanidade em vista de assegurar os bens materiais necessários para o bem-estar físico e espiritual (cf. *Gaudium et spes*, 14). Com efeito, ela está firmemente convencida de que o desenvolvimento é, em última análise, uma questão de paz, "porque ajuda a alcançar o que é bom para os outros e para a comunidade humana no seu conjunto" (*Mensagem para o Dia Mundial da paz de 1987*, n. 7).

Senhor Embaixador, no momento em que Vossa Excelência dá início ao seu serviço, renovo os meus melhores votos pelo bom êxito da sua missão. Asseguro-lhe que os vários departamentos da Santa Sé estão prontos a assisti-lo no cumprimento dos seus deveres. Sobre Vossa Excelência, a sua família e toda a população de Bangladesh, invoco cordialmente as bênçãos divinas da fortaleza e da paz.

* *L'Osservatore Romano* n. 23 p. 14.